

É urgente que Lula publique decreto do Plano de Proteção a Defensores



» SANDRA CARVALHO
Socióloga e cofundadora da Justiça Global, organização integrante do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos

implementação de medidas concretas. O assassinato da ialorixá e líder quilombola baiana Bernadete Pacífico, mesmo sob proteção, em 2023, escancara essa falha sistêmica.

A situação é especialmente crítica para lideranças indígenas, quilombolas, mulheres, pessoas trans e ativistas ambientais. A pesquisa na Linha de Frente apontou, ainda, que 78,5% dos(as) defensores(as) de direitos humanos que sofreram violência atuavam em defesa da terra, território e meio ambiente — com destaque para ativistas indígenas.

Esse cenário violento, sobretudo no campo e nas florestas, ainda ganhou um agravante: a aprovação do Marco Temporal para demarcação de terras indígenas (Lei 14.701/23), que agora é discutido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), numa câmara de conciliação cuja legitimidade é alvo de questionamentos por entidades indígenas e indigenistas.

Recomendando prioridade no julgamento da tese, que tem acirrado os conflitos, o relatório de Mary Lawlor destacou: a terra é chave para a sobrevivência desses(as) defensores(as) como povos e comunidades. Não é exagero afirmar que a medida se mostra como uma das principais ameaças aos direitos humanos no atual contexto do Brasil.

Poucos dias após apresentar o documento, a relatora da ONU se manifestou em suas mídias sociais cobrando responsabilização dos envolvidos no assassinato de Vitor Braz Pataxó, morto a tiros, em março, na Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, em Porto Seguro (BA), e destacou que visitou o território quando esteve no Brasil.

Os Pataxós vêm enfrentando acirramento dos conflitos desde 2023 — que coincide com o processo de retomada iniciado por eles em resposta às invasões e exploração de seus territórios ancestrais. Tal fato levou a Comissão

Interamericana de Direitos Humanos, naquele ano, a outorgar medidas cautelares, ainda vigentes.

Embora haja dificuldades, é preciso reconhecer os avanços. Em dezembro passado, o Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta entregou ao governo federal uma proposta de Plano Nacional de Proteção e um anteprojeto de lei sobre a Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

O grupo foi criado por determinação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao condenar a União a elaborar um plano nacional. A decisão responde à ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em 2017 e à condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2023, pelo assassinato do advogado Sales Pimenta, em Marabá (PA).

No entanto, sem um decreto presidencial que transforme essas recomendações em política pública vinculante, o risco de que se percam na burocracia estatal é enorme. O governo Lula tem feito discursos em defesa dos direitos humanos, mas palavras não bastam. É urgente consolidar um sistema eficaz de proteção, ampliar recursos, fortalecer a articulação institucional e estabelecer protocolos nítidos para a investigação de crimes contra defensores de direitos humanos. O relatório da ONU reafirma a gravidade do problema e reforça a responsabilidade do Brasil.

Não há tempo a perder. Cada dia sem ações concretas pode custar mais vidas. O governo federal tem em suas mãos a oportunidade de interromper o ciclo de violações e deixar um legado na defesa dos direitos humanos. A publicação imediata do decreto regulamentando o PPDDH é um passo fundamental para transformar discursos em justiça e proteção real. Um real avanço para a democracia brasileira.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@adabr.com.br



Sonho pressagioso

Curiosamente, o século 21 vai se transformando — e até se confundindo — com as milhares de histórias de ficção científica que retratam mundos distópicos, devastados por guerras insanas de extermínio nuclear. Com base em fatos e não em ficção, o cenário à nossa volta vai mostrando a encruzilhada que a humanidade tem pela frente. De fato, o século 21 vai se misturando com narrativas distópicas de ficção científica a tal ponto que não sabemos onde começa uma e termina a outra.

Embora ainda não estejamos num cenário de destruição total por guerra nuclear, vários fatores concretos parecem conduzir a humanidade a uma encruzilhada crítica. Numa análise rápida, baseada apenas em fatos que sustentam essa percepção, temos a volta do fantasma nuclear. Desde o fim da Guerra Fria, a ameaça de uma guerra nuclear havia recuado para o pano de fundo das preocupações globais. No entanto, o século 21 tem visto um recrudescimento das tensões entre potências nucleares. O conflito entre Rússia e Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), motivado pela invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, reintroduziu de forma explícita a retórica nuclear. O Kremlin chegou a sugerir o uso de armamento atômico em caso de avanço ocidental. Vimos ainda a corrida armamentista moderna, com os Estados Unidos, China e Rússia, continuamente, modernizando seus arsenais.

Em 2024, relatórios da Stockholm International Peace Research Institute (Sipri) apontaram que houve um grande aumento nos gastos com armas nucleares. Com isso, há uma espécie de proliferação nuclear, com países como Coreia do Norte prosseguindo em seus testes, enquanto, por outro lado, o acordo nuclear com o Irã segue ameaçado e ameaçando. Hoje, existem, aproximadamente, estocadas, em várias partes do globo, 13 mil ogivas nucleares. Bastariam apenas algumas centenas delas para causar um colapso climático e civilizacional em âmbito global. Um mundo coberto por gelo radioativo, decorrente do inverno nuclear, que se instalou na paisagem geral. Este é bem um cenário de ficção, embora possível agora.

Outro aspecto a dar um pano de fundo para a distopia do século 21 é representado pela emergência climática: a distopia silenciosa. Se a guerra nuclear representa uma catástrofe súbita, a crise climática é uma distopia em câmera lenta, mas de igual poder de devastação. Lembremos que eventos recentes e extremos aumentaram exponencialmente, com incêndios florestais, enchentes catastróficas e ondas de calor severas se tornaram mais frequentes e intensas. O Brasil, por exemplo, viveu, em 2024, a maior tragédia climática de sua história no Rio Grande do Sul. Há, nesse ponto, a emergência da chamada “desigualdade climática”, que incide justamente sobre os países que menos contribuíram para a crise climática, formando, assim, o conjunto dos mais afetados, provocando deslocamentos em massa e crises humanitárias de grandes proporções.

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a humanidade tem até 2030 para cortar drasticamente as emissões de carbono se quiser evitar um aquecimento global acima de 1,5°C — limiar considerado crítico. Nesse conjunto surrealístico, advém ainda a crise democrática e a tecnovigilância, criando um ambiente de paranoia e de medo generalizado. A ascensão do autoritarismo, aliada ao uso de tecnologias de controle, aproxima o mundo de narrativas distópicas como *1984* ou *Black Mirror*. Nesse ponto, a vigilância digital, como no caso da China operando, agora, o maior sistema de vigilância do planeta, com reconhecimento facial, pontuação social e controle informacional. Mas o que chama a atenção é que esse fenômeno se alastra de forma rápida e globalmente.

A desinformação e a polarização provocadas pelas redes sociais e IA estão sendo usadas para manipular eleições, disseminar fake news e radicalizar populações, criando grupos antagônicos. Na verdade, se formos ficar apenas por aqui, teríamos todos os elementos que moldam as ficções. De acordo com o Relatório Freedom House de 2024, a liberdade global caiu pelo 18º ano consecutivo. A democracia está em declínio em diversas partes dos continentes. De fato estamos diante da maior encruzilhada da humanidade. Estamos diante de escolhas que definirão os rumos da civilização para além desse século. Ou seguimos pelo caminho da cooperação global, transição ecológica, o que obriga a diminuição drástica dos gastos com armas de destruição em massa.

Nesse ponto surge ainda a possibilidade de uma desmilitarização em âmbito global. Mas isso exige esforços coletivos e reformas sistêmicas profundas, mas não impossíveis. A equação é simples: ou continuamos nos encaminhando para colapsos múltiplos — ambientais, geopolíticos e sociais —, que transformaríamos o planeta em algo próximo aos mundos retratados pela ficção distópica, ou agimos com todas as forças que temos, para acordar desse sonho pressagioso.

A frase que foi pronunciada:

“Nós sabemos tudo sobre a vida selvagem, pelo amor de Deus!”, gritou Aileen. “Estamos sendo atacados por uma maldita matilha de chimpanzés agora mesmo! Tirem a gente daqui!”

Steven Decker, *O equilíbrio do tempo*

História de Brasília

E já que o assunto é IAPC, o sr. José Jereissati ia despejar os que não pagam aluguel, e o assunto saiu da pauta. Há muita gente alta no meio. (Publicada em 3/5/1962)

» DANIELE DUARTE

Assistente social, doutoranda na PUC-Rio e diretora-adjunta da Justiça Global

Relatora especial das Nações Unidas para a situação dos defensores de direitos humanos, Mary Lawlor, apresentou um documento contundente na 59ª sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que terminou em abril. Elaborado após visita ao país no ano passado, o relatório de Lawlor expõe uma realidade inaceitável: no Brasil, aqueles que dedicam suas vidas para defender justiça e dignidade humana seguem ameaçados, perseguidos e assassinados, enquanto o Estado falha em protegê-los.

Os números confirmam o alerta: 169 defensores de direitos humanos foram assassinados no país entre 2019 e 2022, segundo o último levantamento da Justiça Global e da Terra de Direitos. São essas vozes, fundamentais para a democracia, que permanecem desamparadas e vulnerabilizadas.

Criado para garantir sua segurança, o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), porém, tem se tornado incapaz de responder às ameaças, enfrentando escassez de recursos, falta de articulação entre instituições e ineficácia na



As necessárias medidas antidumping para a defesa da indústria nacional



» RENATA BLEY
Diretora de Relações Institucionais, Global Advocacy e Gestão de Crise da Braskem

e socialmente responsáveis, por exemplo, muitas vezes não conseguem competir com preços artificialmente manipulados dos produtores estrangeiros. E isso porque os que praticam o dumping não mostram qualquer comprometimento com a economia nacional ou com a legislação ambiental e trabalhista. Desse modo, no longo prazo, isso pode levar ao fechamento de fábricas, à perda de postos de trabalho e à redução da arrecadação tributária, o que aumenta a dependência em relação às importações.

Além disso, o dumping compromete a capacidade do país de atrair novos investimentos para setores estratégicos e inovadores, o que impacta toda a cadeia produtiva. A indústria petroquímica ilustra bem os efeitos do dumping. Dados recentes revelam que os exportadores norte-americanos vendem polietileno no Brasil com descontos de até 21,4%, em relação ao preço que praticam no mercado interno dos EUA, enquanto os canadenses chegam a 26,9%. Como consequência, somente em 2024, as importações de polietileno dos EUA e Canadá chegaram a representar 70% das compras externas do Brasil, o que pode colocar em xeque a produção local.

Para se defender das práticas arbitrárias em seus mercados, os governos do mundo todo têm aplicado, com resultados positivos, medidas antidumping. O Brasil tem, em vigor, cerca de 80 medidas responsáveis por defender os mais variados produtos de diversas áreas, o que ajuda os setores industriais a melhorarem sua saúde econômica.

E reforço que essa é uma iniciativa técnica, pautada em estudos que analisam se o produto

importado está sendo vendido a um preço inferior ao valor normal praticado no mercado interno do país exportador. Além disso, as autoridades verificam se a postura comercial do país causa algum dano significativo à indústria doméstica e se existe uma relação direta entre o dumping e a perda sofrida pelas empresas nacionais. Esses elementos são avaliados por meio de uma investigação técnica, em que todas as partes interessadas têm o direito de se manifestar e apresentar dados para se defender.

O imposto extra aplicado sobre o produto importado visa tornar o seu preço mais próximo do “valor normal” ao do mercado interno do país exportador e, então, remover o dano aos produtos similares da indústria doméstica no país importador. E vale ressaltar que as medidas antidumping não são protecionistas ou ilegais, muito menos arbitrárias e aleatórias, sem estudos prévios. Elas são ferramentas de defesa comercial reconhecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e sua aplicação segue critérios técnicos rigorosos, não decisões políticas.

Outro ponto importante é que as medidas protetivas de mercado acontecem de modo intencional em países como China, Índia e Estados Unidos. E tais ações não são um privilégio setorial, mas, sim, um pilar para a soberania econômica local. O Brasil precisa agir com firmeza e responder à altura das medidas ilegais adotadas por outros países. Ignorar essa realidade pode comprometer a nossa capacidade produtiva e transformar o país em um mero importador de bens industriais.

As empresas que seguem padrões sustentáveis